



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI

Estado do Rio Grande do Sul

MUNICÍPIO DE CACEQUI/RS

EDITAL DE PREGÃO 36/2018 – FILTROS E OLEOS
SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

PROCESSO Nº 30.79.2018

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM

EXCLUSIVO À PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE, EM ATENDIMENTO AO ART. 6º DO DECRETO 6.204/2007 e INCISO I DO ART. 48 DA LEI COMPLEMENTAR Nº 123/2006, ALTERADA PELA LEI COMPLEMENTAR Nº 147, DE 07 DE AGOSTO DE 2014.

Edital de pregão para a contratação de empresa para AQUISIÇÃO DE FILTROS, OLEOS LUBRIFICANTES, conforme especificações do Edital para constarem de registro de preços, a serem fornecidos conforme quantidades estimadas, quando deles o Município tiver necessidade.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACEQUI/RS, no uso de suas atribuições, torna público, para conhecimento dos interessados, que às **10 horas, do dia 02 do mês de outubro do ano de 2018**, na sala de reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Rua Bento Gonçalves, 363, se reunirão o pregoeiro e a equipe de apoio, designados por Portaria, com a finalidade de receber propostas e documentos de habilitação para esta licitação, processando-se nos termos da Lei Federal n.º 10.520, de 17-07-2002 e do Decreto Municipal nº 2201, de 23 de Dezembro de 2009, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666-93.

1. DO OBJETO:

1.1 A presente licitação destina-se à escolha da melhor proposta de preço dos bens especificados no Anexo I deste Edital que visa a **AQUISIÇÃO DE FILTROS, OLEOS LUBRIFICANTES**, conforme especificações do Edital para constarem de registro de preços, a serem fornecidos conforme quantidades estimadas, quando deles o Município tiver necessidade.

1.2 As quantidades e o prazo de entrega dos bens que vierem a ser adquiridos serão definidos na respectiva **Ordem de Fornecimento**, que só será emitida dentro do prazo de validade do **registro de preços** correspondente à **01 (um) ano** contado da data de publicação da ata final.

1.3 O sistema de **REGISTRO DE PREÇOS** não obriga a compra, nem mesmo nas quantidades indicadas no Termo de Referência (ANEXO I), podendo a Administração promover a aquisição em unidades de acordo com suas necessidades.

Observação 1: Poderão participar do certame todos os interessados do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação que preencherem as condições de habilitação deste edital;



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

Observação 2: A falsa declaração ou a não apresentação da documentação comprobatória quando solicitada implicará na abertura de processo administrativo e a consequente aplicação das sanções cabíveis.

Observação 3: **ATENÇÃO** ao disposto no **item 4.3** deste edital, os documentos expressos neste item **deverão ser apresentados fora dos envelopes**, por ocasião do credenciamento dos licitantes.

2. DA APRESENTAÇÃO DOS ENVELOPES:

Para participação no certame, a licitante, além de atender ao disposto no item 7 deste edital, deverá apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes, identificados, respectivamente, como de nº 1 e nº 2, para o que se sugere a seguinte inscrição:

AO MUNICÍPIO DE CACEQUI/RS
EDITAL DE PREGÃO N.º 36/2018
ENVELOPE N.º 01 - PROPOSTA
PROPONENTE (NOME COMPLETO)
CNPJ nº:

AO MUNICÍPIO DE CACEQUI/RS
EDITAL DE PREGÃO N.º 36/2018
ENVELOPE N.º 02 - DOCUMENTAÇÃO
PROPONENTE (NOME COMPLETO)
CNPJ nº:

3. DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO:

3.1. A licitante deverá apresentar-se para credenciamento junto ao pregoeiro, diretamente, por meio de seu representante legal, ou através de procurador regularmente constituído, que devidamente identificado e credenciado, será o único admitido a intervir no procedimento licitatório, no interesse da representada.

3.1.1. A identificação será realizada, exclusivamente, através da apresentação de documento de identidade.

3.2. A documentação referente ao credenciamento de que trata o item 3.1 deverá ser apresentada fora dos envelopes.

3.3. O credenciamento será efetuado da seguinte forma:

a) *se representada diretamente, por meio de dirigente, proprietário, sócio ou assemelhado, deverá apresentar:*

a.1) cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social em vigor, devidamente registrado;

a.2) documento de eleição de seus administradores, em se tratando de sociedade comercial ou de sociedade por ações;

a.3) inscrição do ato constitutivo, acompanhado de prova de diretoria em exercício, no caso de sociedade civil;

a.4) decreto de autorização, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura e para prática de



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

todos os demais atos inerentes ao certame, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País;

a.5) registro comercial, se empresa individual.

b) se representada por procurador, deverá apresentar, também:

b.1) instrumento público ou particular de procuração, este com a firma do outorgante reconhecida, em que conste os requisitos mínimos previstos no art. 654, § 1º, do Código Civil, em especial o nome da empresa outorgante e de todas as pessoas com poderes para a outorga de procuração, o nome do outorgado e a indicação de amplos poderes para dar lance(s) em licitação pública; ou

b.2) carta de credenciamento outorgado pelos representantes legais da licitante, comprovando a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

Observação 1: Em ambos os casos (b.1 e b.2), o instrumento de mandato deverá estar acompanhado do ato de investidura do outorgante como representante legal da empresa.

Observação 2: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar a carta de credenciamento para o representante da empresa, a falta de qualquer uma invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

3.4. Para exercer os direitos de ofertar lances e/ou manifestar intenção de recorrer, é obrigatória a licitante fazer-se representar em todas as sessões públicas referentes à licitação.

3.5. A ausência de credenciamento implicará na apresentação da proposta escrita e será considerada como renúncia tácita ao direito de participar na sessão de lances e recorrer contra os atos do pregoeiro.

3.6. A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 à 6.18 e 7.3, deste edital, deverão apresentar, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte.**

3.7. As cooperativas que tenham auferido, no ano calendário anterior, receita bruta até o limite de 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais), gozarão dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens 6.15 à 6.18 e 7.3, deste edital, conforme o disposto no art. 34, da Lei 11.488, de 15 de junho de 2007, desde que também apresentem, fora dos envelopes, no momento do credenciamento, **declaração, firmada por contador, de que se enquadram no limite de receita referido acima.**

4. DO RECEBIMENTO E ABERTURA DOS ENVELOPES:

4.1. No dia, hora e local, mencionados no preâmbulo deste edital, na presença das licitantes e demais pessoas presentes à sessão pública do pregão, o pregoeiro, inicialmente, receberá os envelopes nºs 01 - PROPOSTA e 02 - DOCUMENTAÇÃO.

4.2. Uma vez encerrado o prazo para a entrega dos envelopes acima referidos, não será aceita a participação de nenhuma licitante retardatária.

4.3. O Pregoeiro ao abrir a sessão, chamará as empresas para o credenciamento que deverão apresentar os seguintes documentos:



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

- a) Apresentação da declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação (modelo – anexo v) – documento obrigatório para participação do certame, podendo, em sua ausência, ser sanado a próprio punho pelo representante da empresa, estando o mesmo presente;
- b) Comprovação, por meio de instrumento próprio + contrato social da empresa + identidade, concedendo poderes para formulação de ofertas e lances verbais, bem como para a prática dos demais atos do certame – trata-se do credenciamento em si para manifestação durante o certame;
- c) Apresentação da declaração que comprove a situação de microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativas, quando for o caso, conforme itens 3.6 e 3.6.1. (modelo – anexo vii) ou certidão simplificada expedida pela junta comercial – para usufruir dos benefícios da lei complementar nº 123/06 e 147/14. este documento é imprescindível para comprovação da situação da empresa como microempresa, empresa de pequeno porte e cooperativas.

Observações 1: Os documentos acima expostos **devem ser apresentados fora dos envelopes.**

Observações 2: No caso de envio dos envelopes, via correio ou outro meio, também deverá ser enviada a declaração de Pleno Atendimento aos Requisitos de Habilitação, Anexo VII, fora dos envelopes nºs 1 e 2, bem como o constante na alínea c, do item anterior.

Observações 3: Ficam as empresas cientes de que somente serão admitidas na fase de lances verbais e na prática de todos os demais atos inerentes ao certame aquelas que se encontrarem devidamente credenciadas nos termos do Item 3 – Da Representação e Do Credenciamento.

5. PROPOSTA DE PREÇO:

5.1. A proposta, cujo prazo de validade é fixado pela Administração em 60 (sessenta) dias, deverá ser apresentada em folhas sequencial e rubricadas, sendo a última datada e assinada pelo representante legal da empresa, ser redigida em linguagem clara, não ser manuscrita, sem rasuras, ressalvas ou entrelinhas, e deverá conter:

- a) razão social da empresa;
- b) descrição completa do produto ofertado, marca, referências e demais dados técnicos;
- c) preço unitário líquido, indicado em moeda nacional, onde deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, que eventualmente incidam sobre a operação ou, ainda, despesas com transporte ou terceiros, que correrão por conta da licitante vencedora;

Observação 1: Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes no preço até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula, sendo desprezadas as demais, se houver, também em eventual contratação, conforme disposto no art.5º da Lei8.666/93.

Observação 2: O preço estimado constante do Anexo I deste edital considera-se PREÇO MÁXIMO a ser pago pela Administração, e em razão disto serão desclassificadas as licitantes que ofertarem preço acima do estipulado.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

6. DO JULGAMENTO DAS PROPOSTAS:

6.1. Verificada a conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital, a autora da oferta de valor mais baixo e as das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela poderão fazer novos lances, verbais e sucessivos, na forma dos itens subsequentes, até a proclamação da vencedora.

6.2. Não havendo, pelo menos, 03 (três) ofertas nas condições definidas no subitem anterior, poderão as autoras das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecer novos lances, verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos em suas propostas escritas.

6.3. No curso da sessão, as autoras das propostas que atenderem aos requisitos dos itens anteriores serão convidadas, individualmente, a apresentarem novos lances, verbais e sucessivos, em valores distintos e decrescentes, a partir da autora da proposta classificada em segundo lugar, até a proclamação da vencedora.

6.4. Caso duas ou mais propostas iniciais apresentem preços iguais, será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.

6.5. A oferta dos lances deverá ser efetuada no momento em que for conferida a palavra à licitante, obedecida à ordem prevista nos itens 6.3 e 6.4.

6.5.1. Dada a palavra a licitante, esta disporá de 3 (três) minutos para apresentar nova proposta.

6.6. É vedada a oferta de lance com vista ao empate.

6.7. Não poderá haver desistência dos lances já ofertados, sujeitando-se a proponente desistente às penalidades constantes no item 14 deste edital.

6.8. O desinteresse em apresentar lance verbal, quando convocada pelo pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa competitiva e, conseqüentemente, no impedimento de apresentar novos lances, sendo mantido o último preço apresentado pela mesma, que será considerado para efeito de ordenação das propostas.

6.9. Caso não seja ofertado nenhum lance verbal, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço unitário e o valor estimado para a contratação, podendo o pregoeiro negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

6.10. O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, convocadas pelo pregoeiro, as licitantes manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

6.11. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, de acordo com o menor preço apresentado, o pregoeiro verificará a aceitabilidade da proposta de valor mais baixo, comparando-a com os valores consignados em planilha de custos, decidindo motivadamente a respeito.

6.12. A classificação dar-se-á pela ordem crescente de preços propostos e aceitáveis. Será declarada vencedora a licitante que ofertar o menor preço por item, desde que a proposta tenha sido apresentada de acordo com as especificações deste edital e seja compatível com o preço de mercado.

6.13. Serão desclassificadas as propostas que:

- a)** não atenderem às exigências contidas no objeto desta licitação;
- b)** forem omissas em pontos essenciais, de modo a ensejar dúvidas;
- c)** afrontem qualquer dispositivo legal vigente;
- d)** contiverem opções de preços alternativos ou que apresentarem preços manifestamente inexeqüíveis.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

Observação: Quaisquer inserções na proposta que visem modificar, extinguir ou criar direitos, sem previsão no edital, serão tidas como inexistentes, aproveitando-se a proposta no que não for conflitante com o instrumento convocatório.

6.14. Não serão consideradas, para julgamento das propostas, vantagens não previstas no edital.

6.15. Encerrada a sessão de lances, será verificada a ocorrência do empate ficto, previsto no art. 44, §2º, da Lei Complementar 123/06, sendo assegurada, como critério do desempate, preferência de contratação para as microempresas, as empresas de pequeno porte e as cooperativas que atenderem ao item 3.5 e 3.6, deste edital.

6.15.1. Entende-se como empate ficto aquelas situações em que as propostas apresentadas pela microempresa e pela empresa de pequeno porte, bem como pela cooperativa, sejam superiores em até 5% (cinco por cento) à proposta de menor valor.

6.16. A sessão pública não será suspensa, salvo motivo excepcional, devendo todas e quaisquer informações acerca do objeto serem esclarecidas previamente junto ao setor de Compras deste Município, conforme subitem 15.1 deste edital.

6.17. Caso haja necessidade de adiamento da sessão pública, será marcada nova data para continuação dos trabalhos, devendo ficar intimadas, no mesmo ato, as licitantes presentes.

7. DA HABILITAÇÃO:

7.1. Para fins de habilitação neste pregão, a licitante deverá apresentar, dentro do ENVELOPE Nº 02, os seguintes documentos:

7.1.1. Declaração que atende ao disposto no artigo 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal, conforme o modelo do Decreto Federal n.º 4.358-02. (Anexo V).

7.1.2. HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) registro comercial, no caso de empresa individual;

b) ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

c) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF);

d) decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

7.1.2.1. Será dispensada da apresentação, no envelope de habilitação, dos documentos referidos no item 7.1.2, a empresa que já os houver apresentado no momento do credenciamento, previsto item 3 deste edital.

7.1.3. REGULARIDADE FISCAL:

a) prova de regularidade com a Fazenda Federal conjunta com Seguridade Social (CND/INSS), (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional),

b) prova de regularidade Estadual;

c) prova de regularidade Municipal do domicílio ou sede da licitante;

d) prova de regularidade (CRF) junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

e) prova de regularidade com a Justiça do Trabalho - CND Trabalhista (cumprimento LF12.440/11).

7.1.4. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO- FINANCEIRA

a) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da Lei, com a indicação do nº do Livro Diário, número de registro na Junta comercial e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos, que comprovem a boa situação financeira da empresa, cujos índices mínimos aceitáveis serão apurados pela aplicação da seguinte fórmula:

ÍNDICE DE LIQUIDEZ CORRENTE (LC)

ÍNDICE DE LIQUIDEZ GERAL (LG)

SOLVÊNCIA GERAL (SG)

$LC = \frac{AC}{PC}$	Igual ou Superior a 1,0
$LG = \frac{(AC + RLP)}{(PC + ELP)}$	Igual ou Superior a 1,0
$SG = \frac{A \text{ REAL}}{PC + ELP}$	Igual ou Superior a 1,0

LC – avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações a curto prazo.

LG – mede a capacidade da empresa liquidar suas dívidas a curto e longo prazo.

SG – expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

AC = ATIVO CIRCULANTE

PC = PASSIVO CIRCULANTE

RLP = REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

ELP = EXIGÍVEL A LONGO PRAZO

A REAL = ATIVO TOTAL DIMINUÍDO DOS VALORES NÃO PASSÍVEIS DE CONVERSÃO EM DINHEIRO (Ex.:Ativo Diferido, Despesas pagas antecipadamente, Imposto de Renda Diferido, etc...)

- Obterão classificação econômico–financeira relativa ao Balanço Patrimonial, as empresas que apresentarem, pelo menos dois dos três indicadores.

Observação: É vedada substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

b) Empresas constituídas neste exercício serão dispensadas da apresentação do resultado do exercício anterior, porém deverão apresentar o balanço de abertura, devidamente registrado na Junta Comercial, seguido das demonstrações do período correspondente a data da abertura até a apresentação da documentação, com a indicação do nº do Livro Diário e numeração das folhas onde se encontram os lançamentos.

c) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor do foro da pessoa jurídica, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

7.2. Para as empresas cadastradas no Município, a documentação poderá ser substituída pelo seu Certificado de Registro de Fornecedor, desde que seu objetivo social comporte o objeto licitado e o registro cadastral esteja no prazo de validade.

Observação: Caso algum dos documentos fiscais obrigatórios, exigidos para cadastro esteja com o prazo de validade expirado, a licitante deverá regularizá-lo no órgão emitente do cadastro ou anexá-lo, como complemento ao certificado apresentado, sob pena de inabilitação.

7.3. A microempresa e a empresa de pequeno porte, bem como a cooperativa que atender ao item 3.5 e 3.6, que possuir restrição em qualquer dos documentos de **regularidade fiscal e trabalhista**, previstos no item 7.1.3, deste edital, terá sua habilitação condicionada à apresentação de nova documentação, que comprove a sua regularidade em cinco dias úteis, a da sessão em que foi declarada como vencedora do certame.

7.3.1. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da Administração, desde que seja requerido pelo interessado, de forma motivada e durante o transcurso do respectivo prazo.

7.3.2. Ocorrendo a situação prevista no item 7.3, a sessão do pregão será suspensa, podendo o pregoeiro fixar, desde logo, a data em que se dará continuidade ao certame, ficando os licitantes já intimados a comparecer ao ato público, a fim de acompanhar o julgamento da habilitação.

7.3.3. O benefício de que trata o item 7.3 não eximirá a microempresa, a empresa de pequeno porte e a cooperativa, da apresentação de todos os documentos, ainda que apresentem alguma restrição.

7.3.4. A não regularização da documentação, no prazo fixado no item 7.3, implicará na inabilitação do licitante e a adoção do procedimento previsto no item 8.2, sem prejuízo das penalidades previstas no item 14.1, alínea a, deste edital.

7.4. O envelope de documentação que não for aberto ficará em poder do pregoeiro pelo prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da homologação da licitação, devendo a licitante retirá-lo, após aquele período, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de inutilização do envelope.

8. DA ADJUDICAÇÃO:

8.1. Constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, a licitante que ofertar o menor preço por item será declarada vencedora, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame.

8.2. Em caso de desatendimento às exigências habilitatórias, o pregoeiro inabilitará a licitante e examinará as ofertas subsequentes e qualificação das licitantes, na ordem de classificação e, assim, sucessivamente, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo a respectiva licitante declarada vencedora, ocasião em que o pregoeiro poderá negociar diretamente com a proponente para que seja obtido preço melhor.

8.3. Encerrado o julgamento das propostas e da habilitação, o pregoeiro proclamará a vencedora e, a seguir, proporcionará às licitantes a oportunidade para manifestarem a intenção de interpor recurso, esclarecendo que a falta dessa manifestação expressa, imediata e motivada, importará na decadência do direito de recorrer por parte da licitante.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

9. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

9.1. Tendo a licitante manifestado motivadamente, na sessão pública do pregão, a intenção de recorrer, esta terá o prazo de 03 (três) dias corridos para apresentação das razões de recurso.

9.2. Constará na ata da sessão a síntese das razões de recurso apresentadas, bem como o registro de que todas as demais licitantes ficaram intimadas para, querendo, manifestarem-se sobre as razões do recurso no prazo de 03 (três) dias corridos, após o término do prazo da recorrente, proporcionando-se, a todas, vista imediata do processo.

9.3. A manifestação expressa da intenção de interpor recurso e da motivação, na sessão pública do pregão, são pressupostos de admissibilidade dos recursos.

9.4. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio daquela que praticou o ato recorrido, a qual poderá, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, reconsiderar sua decisão ou fazê-lo subir, acompanhado de suas razões, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado da subida do recurso, sob pena de responsabilidade daquele que houver dado causa à demora.

10. DOS PRAZOS:

10.1. Concluída a análise das propostas, lavrar-se-á a correspondente ***Ata de Julgamento e Classificação das Propostas***, cujo resumo contendo o resultado classificatório será publicado na imprensa oficial, para ciência dos interessados e efeitos legais.

10.2. Homologado, pelo Prefeito Municipal, o resultado classificatório, os preços serão registrados no Sistema de Registro de Preços do **Departamento de Compras**, que poderá convocar, quando necessário, à celebração das contratações decorrentes, mediante emissão da *Ordem de Fornecimento* pela Secretaria Solicitante, durante o período da sua vigência e nas condições deste Edital.

10.3. A existência de preços registrados não obriga o Município a firmar as contratações que deles poderão advir, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios, assegurada preferência ao beneficiário do registro, em igualdade de condições.

Não será permitida a participação de licitantes sob forma de consórcio.

10.4. As condições expressas no presente Edital e em seus anexos são básicas para a contratualização do ajuste que deles decorrer.

10.5. A contratualização do ajuste se dará mediante a emissão da *Ordem de Fornecimento*.

10.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 100 % (cem por cento) dos quantitativos (por item) registrados na Ata do Registro de Preços, conforme determina o Art. 15 do Decreto nº. 041/2010.

10.7. O prazo de entrega dos produtos é de **no máximo 15 (quinze) dias consecutivos**, a contar da entrega da ***Ordem de Fornecimento*** emitida pela ***Secretaria Municipal Competente***.

10.8.1. O fornecedor convocado deverá comunicar, no prazo máximo de 02 (dois) dias que antecedem o prazo de vencimento da entrega, os motivos que impossibilite o seu cumprimento.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

10.9. O prazo de validade do registro de preços corresponde à **01 (um) ano** contado da data de publicação da ata final.

11. DO RECEBIMENTO E GARANTIA

11.1. Os produtos adquiridos deverão ser entregues, no prazo de 15 (quinze) dias, nas Secretarias Municipais, conforme endereços e horários abaixo, mediante ordem do Departamento de Compras.

SECRETARIA	ENDEREÇO	HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO	CONTATO
GABINETE PREF.	BENTO GONÇALVES, 363	09:00 - 15:00	3254-2208
SEC. ASSIST. SOCIAL	PRUDENTE DOMINGUES, 1205	09:00 - 15:00	3254-2006
SE. SAUDE	BENTO GONÇALVES, 780	08:00 - 12:00/13:00 - 17:00	3254-1454
SEC. AGRICULTURA	PADRE VITORINO, 521	07:30 - 11:30/13:30 - 17:30	3254-1080
SEC. EDUCAÇÃO	BORGES DE MEDEIROS, GARE	08:00 - 12:00/13:00 - 17:30	3254-1659
SEC. FAZENDA	BENTO GONÇALVES, 363	09:00 - 15:00	3254-3257
SEC. PLANEJAMENTO	BENTO GONÇALVES, 496	09:00 - 15:00	3254-1202
SEC. TRANSPORTE E TRANSITO	SEM. SALGADO FILHO, 232	07:30 - 11:30/13:30 - 17:30	3254-2195

11.2. Verificada a desconformidade do produto, a licitante vencedora deverá promover as correções necessárias no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sujeitando-se as penalidades previstas neste edital.

11.3. A nota fiscal/ fatura deverá, obrigatoriamente, ser entregue junto com seu objeto.

11.4. Os produtos deverão ser entregues sem custos de transportes.

11.5. O prazo de **validades dos produtos** deverá ser de no mínimo 12 meses, a contar da data de entrega.

OBSERVAÇÃO: O recebimento estará condicionado a análise e aprovação do Técnico da Prefeitura

12. DO PAGAMENTO:

12.1. O pagamento será efetuado, em até 15 (quinze) dias após a entrega dos respectivos equipamento e/ou materiais, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e recebimento dos materiais pela Secretaria responsável pela fiscalização do contrato

12.2. A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e número de empenho, a fim de se acelerar o trâmite e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

12.3. Ocorrendo atraso no pagamento por mais de trinta dias, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.

12.4. Serão processadas as retenções previdenciárias, fiscais e tributárias, quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

12.5. As despesas decorrentes da presente licitação ocorrerão por conta do seguinte Dotação Orçamentaria: **33.90.30.00.00.00**

13. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

13.1. Não haverá reajuste de preços relacionados ao presente, ficando ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie ou de alteração dos preços, documental e suficientemente comprovado, praticados no mercado, com a finalidade de manter o equilíbrio econômico e financeiro da avença, com base no artigo 65, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 8666/93.

14. DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

14.1. Somente serão aceitas as propostas cujo valor ofertado, por item, não seja superiores aos valores estimados pelo Município, constante da planilha anexa.

14.2. Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como com preços unitários e/ou global superestimados ou inexeqüíveis.

15. DAS PENALIDADES:

15.1. Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

a) deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

b) manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;

c) deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;

d) executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: *advertência*;

e) executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 05 (cinco) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: *multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato*;

f) inexecução parcial do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato*;

g) inexecução total do contrato: *suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato*;

h) causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: *declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato*.

15.2. As penalidades serão registradas no cadastro da contratada, quando for o caso.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

15.3. Nenhum pagamento será efetuado pela Administração enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

16. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:

16.1. Quaisquer informações ou dúvidas de ordem técnica, bem como aquelas decorrentes de interpretação do edital, deverão ser solicitadas **por escrito**, ao Município de Cacequi/RS, setor de Compras, sito na Rua Bento Gonçalves, nº 363, pelo telefone (55) 3254-1025 ou email: decom@cacequi.rs.gov.br, no horário compreendido entre às 9:00 e 15:00, com antecedência mínima de 03 (três) dias da data marcada para recebimento dos envelopes.

16.2. Os questionamentos recebidos e as respectivas respostas com relação ao presente pregão encontrar-se-ão à disposição de todos os interessados no Município, setor de Compras.

16.3. Ocorrendo decretação de feriado ou qualquer fato superveniente que impeça a realização de ato do certame na data marcada, a data constante deste edital será transferida, automaticamente, para o primeiro dia útil ou de expediente normal subsequente ao ora fixado.

16.4. Para agilização dos trabalhos, solicita-se que as licitantes façam constar na documentação o seu endereço, *e-mail* e os números de fax e telefone.

16.5. Todos os documentos exigidos no presente instrumento convocatório poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por tabelião ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial. Os documentos extraídos de sistemas informatizados (internet) ficarão sujeitos à verificação da autenticidade de seus dados pela Administração.

16.6. A proponente que vier a ser contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, por conveniência da Administração, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da Lei nº 8.666-93, sobre o valor inicial contratado.

16.7. Após a apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo pregoeiro.

16.8. A Administração poderá revogar a licitação por razões de interesse público, devendo anulá-la por ilegalidade, em despacho fundamentado, sem a obrigação de indenizar (art. 49 da Lei Federal nº 8.666-93).

16.9 Fica eleito o Foro da Comarca de Cacequi/RS, para dirimir quaisquer litígios oriundos da licitação e do contrato dela decorrente, com expressa renúncia a outro qualquer, por mais privilegiado que seja.

16.10 Constituem anexos deste edital

I- DESCRIÇÃO DO OBJETO

II-ORÇAMENTO ESTIMADO PELO MUNICÍPIO

III- TERMO DE REFERÊNCIA

IV-MODELO DE CREDENCIAMENTO

V-MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

VI- MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º, INCISO XXXIII DA CF/88



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

- VII- MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE
- VIII- MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO
- IX- MINUTA DO CONTRATO

Cacequi, 13 de setembro de 2018.

FRANCISCO MATIAS FONSECA
PREFEITO MUNICIPAL

Este edital se encontra
examinado e aprovado
pela Procuradoria Geral do
Município. Em __/__/2018.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

ANEXO I

EDITAL DE PREGÃO Nº 36/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

DESCRIÇÃO DO OBJETO E ORÇAMENTO ESTIMADO

ITEM	DESCRIÇÃO	PREÇO MÉDIO
1	ELEMENTO FILTRANTE DO COMBUSTIVEL PARA MOTONIVELADORA CASE 845 B - DIESEL - ANO 2014.	59,91
2	ELEMENTO FILTRANTE DO COMBUSTÍVEL PARA MOTONIVELADORA CASE 845 - DIESEL - ANO 2010/2011.	59,91
3	ELEMENTO FILTRANTE DO COMBUSTIVEL PARA PÁ CARREGADEIRA HYUNDAI - 740 - 7A - DIESEL - ANO 2014.	84,77
4	ELEMENTO FILTRO DE AR PARA MOTONIVELADORA CASE 845 B - DIESEL - ANO 2014.	65,90
5	ELEMENTO FILTRO DE AR PARA MOTONIVELADORA CASE 845 - DIESEL - ANO 2010/2011.	64,19
6	ELEMENTO FILTRO DE AR PARA PÁ CARREGADEIRA HYUNDAI - 740 - 7A - DIESEL - ANO 2014.	150,16
7	ELEMENTO FILTRO PILOTO PARA ESCAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN DX 180LC - DIESEL - ANO 2013 , COMPATÍVEL COM O 2474-9041S.	80,25
8	FILTRO COMBUSTIVEL P/RETROESCAVADEIRA CASE 580 M DIESEL 2010 .	54,41
9	FILTRO DE AGUA SEPARADOR PARA MOTONIVELADORA CASE 845 B - DIESEL - ANO 2014. .	86,25
10	FILTRO DE ÁGUA SEPARADOR PARA MOTONIVELADORA CASE 845 - DIESEL - ANO 2010/2011. .	84,12
11	FILTRO DE ÁGUA SEPARADOR PARA PÁ CARREGADEIRA HYUNDAI - 740 - 7A - DIESEL - ANO 2014. .	91,63
12	FILTRO DE AR - VECTRA 2.0 2012 .	28,53
13	FILTRO DE AR 903751 .	65,42
14	FILTRO DE AR CONDICIONADO CAÇAMBA FORD CARGO 2428 DIESEL 2011 .	66,36
15	FILTRO DE AR CONDICIONADO - VECTRA 2.0 2012 .	20,38
16	FILTRO DE AR CONDICIONADO CAÇAMBA FORD CARGO 1517 - DIESEL - 2011/2012 .	61,95
17	FILTRO DE AR CONDICIONADO CAÇAMBA FORD CARGO 1519 DIESEL 2012 .	61,95
18	FILTRO DE AR CONDICIONADO CAÇAMBA MERCEDEZ BENS 2729 - DIESEL 2014	72,30



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

19	FILTRO DE AR CONDICIONADO ESCAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN DX 180LC DIESEL 2013 , COMPATÍVEL COM O 471-00119.	162,08
20	FILTRO DE AR CONDICIONADO PARA PÁ CARREGADEIRA HYUNDAI - 740 - 7A - DIESEL - ANO 2014. .	87,75
21	FILTRO DE AR CONDICIONADO RETROESCAVADEIRA CASE 580M DIESEL 2010 .	68,14
22	FILTRO DE AR EXTERNO 9839 .	82,33
23	FILTRO DE AR EXTERNO CAÇAMBA MERCEDEZ BENS 2729 DIESEL 2014 , COMPATÍVEL COM O A6345280306.	87,97
24	FILTRO DE AR EXTERNO PARA ESCAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN DX 180LC - DIESEL - ANO 2013 , COMPATÍVEL COM O 400401-00091.	210,48
25	FILTRO DE AR EXTERNO- CAÇAMBA FORD CARGO 1517 DIESEL ANO 2011 /12.	100,82
26	FILTRO DE AR EXTERNO- CAÇAMBA FORD CARGO 1519 DIESEL ANO 2012 .	100,82
27	FILTRO DE AR EXTERNO- CAÇAMBA FORD CARGO 2428 DIESEL ANO 2011 .	57,00
28	FILTRO DE AR FORD F1000 SC SS DIESEL 1994 .	79,78
29	FILTRO DE AR INTERNO 839 .	61,53
30	FILTRO DE AR INTERNO CAÇAMBA MERCEDEZ BENS 2729 DIESEL 2014 , COMPATÍVEL COM O ASR837L 302161.	70,39
31	FILTRO DE AR INTERNO PARA CAÇAMBA FORD CARGO 2428 - DIESEL - ANO 2011 .	70,50
32	FILTRO DE AR INTERNO PARA ESCAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN DX 180LC - DIESEL - ANO 2013 , COMPATÍVEL COM O 400401-00090.	141,83
33	FILTRO DE AR INTERNO- CAÇAMBA FORD CARGO 1517 DIESEL ANO 2011/2012	70,03
34	FILTRO DE AR INTERNO- CAÇAMBA FORD CARGO 1519 DIESEL ANO 2012 .	70,03
35	FILTRO DE AR P/ GM S10 2010/2011 .	52,92
36	FILTRO DE AR P/ RENAULT MASTER L3H2, ANO 2013/2014 .	62,58
37	FILTRO DE AR P/RENAULT LOGAN, ANO 2013-2013 .	44,33
38	FILTRO DE AR PARA CAMINHONETE GM S10 COLINA "D" - 2.5 - DIESEL - ANO 1997 .	37,74
39	FILTRO DE AR PARA FIAT DOBLO 1.4, ANO 2013-2013 .	41,83
40	FILTRO DE AR PARA TRATOR MASSEY FERGUNSON 275 - DIESEL - ANO 2000 .	53,38
41	FILTRO DE AR PARA TRATOR MASSEY FERGUNSON 4275 - DIESEL - ANO 2014 .	77,95



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

42	FILTRO DE AR PARA UNO MILLE ECONOMY 2009/2010 .	22,58
43	FILTRO DE AR PARA VW SANTANA 2002 .	15,98
44	FILTRO DE AR PARA- GM BLAZER, ANO 2000 .	46,52
45	FILTRO DE AR PRIMARIO ASR 3003 P/MICRO ONIBUS IOG 8840 V8 ANO 2007 .	79,14
46	FILTRO DE AR PRIMARIO P/ MICRO ONIBUS VOLARE V6 24 LUGARES ANO 2010 .	67,11
47	FILTRO DE AR PRIMARIO P/ONIBUS MARCO POLO VOLARE V6-140 CV .	73,05
48	FILTRO DE AR PRIMARIO PARA MOTONIVELADORA CASE 845 - DIESEL - ANO 2010/2011. .	104,45
49	FILTRO DE AR PRIMARIO PARA MOTONIVELADORA CASE 845 B - DIESEL - ANO 2014. .	117,32
50	FILTRO DE AR PRIMÁRIO PARA PÁ CARREGADEIRA HYUNDAI - 740 - 7A - DIESEL - ANO 2014. .	117,32
51	FILTRO DE AR S10 2.4 FLEX 2011 .	55,23
52	FILTRO DE AR SECUNDARIA P/ MICRO VOLARE V6- ANO 2010 .	56,11
53	FILTRO DE AR SECUNDARIO PARA MOTONIVELADORA CASE 845 B - DIESEL - ANO 2014. .	115,30
54	FILTRO DE AR SECUNDARIO 6007001 .	45,70
55	FILTRO DE AR SECUNDARIO PARA MOTONIVELADORA CASE 845 - DIESEL - ANO 2010/2011. .	115,63
56	FILTRO DE AR SECUNDÁRIO PARA PÁ CARREGADEIRA HYUNDAI - 740 - 7A - DIESEL - ANO 2014. .	149,20
57	FILTRO DE AR VW GOL 1.6 FLEX, ANO 2015/2016 .	21,80
58	FILTRO DE AR VW GOL 1.6 FLEX, ANO 2016/2016 .	21,80
59	FILTRO DE AR- CAMIONETE GM S10 COLINA - ELETRONIC 2.8 - DIESEL 2005/2006 .	41,47
60	FILTRO DE AR- FIAT DOBLÔ 1.8, ANO 2012-2013 .	39,37
61	FILTRO DE AR- RETROESCAVADEIRA CASE 580M DIESEL 2010. .	63,17
62	FILTRO DE COMBUSTIVEL DIESEL- CAÇAMBA FORD CARGO 2428 DIESEL ANO 2011 .	44,17
63	FILTRO DE COMBUSTIVEL P/ GOL 1.6 FLEX 2012 .	14,61
64	FILTRO DE COMBUSTIVEL P/ MICRO ONIBUS VOLARE V6- 24 LUGARES 2010 .	59,57



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

65	FILTRO DE COMBUSTIVEL P/ GM S10 COLINA - ELETRONIC 2.8 DIESEL 2005/06 , CÓDIGO ORIGINAL GM 905411510035.	67,60
66	FILTRO DE COMBUSTIVEL P/FORD F1000 SC SS DIESEL 1994 .	36,53
67	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA A CAÇAMBA MERCEDEZ BENS 2729 DIESEL 2014 .	58,60
68	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA CAMINHONETE GM S10 COLINA "D" - 2.5 - DIESEL - ANO 1997 .	45,47
69	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA ESCAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN DX 180LC - DIESEL - ANO 2013 , COMPATÍVEL COM O 400403-00126IP.	139,00
70	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA FIAT DOBLÔ 1.4, ANO 2013-2013 .	15,17
71	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA FIAT DOBLÔ 1.8, ANO 2012-2013 .	15,17
72	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA GM BLAZER, ANO 2000 .	28,13
73	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA RENAULT LOGAN, ANO 2013 .	15,50
74	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA TRATOR MASSEY FERGUNSON 275 - DIESEL - ANO 2000 .	11,40
75	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA TRATOR MASSEY FERGUNSON 4275 - DIESEL - ANO 2014 .	46,78
76	FILTRO DE COMBUSTIVEL PARA VEICULO GM- S10 FLEX, ANO 2010 MOD 2011 .	17,90
77	FILTRO DE COMBUSTIVEL RENAULT MASTER L3H2 - ANO 2013/2014 .	20,90
78	FILTRO DE COMBUSTÍVEL S10 2.4 FLEX 2011 .	28,90
79	FILTRO DE DIESEL 5262311 .	110,20
80	FILTRO DE DIESEL 6013006635007 .	158,00
81	FILTRO DE DIESEL A6510902952 .	211,30
82	FILTRO DE DIESEL PRIMARIO 2992622 .	72,83
83	FILTRO DE DIESEL SECUNDARIO 22992300 .	60,54
84	FILTRO DE LUBRIFICANTE DO MOTOR P/CAÇAMBA MERCEDES BENZ 2729 DIESEL 2014 .	39,42
85	FILTRO DE OLEO - VECTRA 2.0 2012 .	15,67
86	FILTRO DE OLEO HIDRAULICO- RETROESCAVADEIRA CASE 580M DIESEL 2010 .	59,00
87	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE DO MOTOR PARA MOTONIVELADORA CASE 845 B - DIESEL - ANO 2014. .	85,63



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

88	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE DO MOTOR - FORD FOCUS IKA 5132, 2001 SEDAN. .	25,00
89	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE DO MOTOR CAÇAMBA FORD CARGO 1517 DIESEL 2011/12 .	88,50
90	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE DO MOTOR CAÇAMBA FORD CARGO 1519 DIESEL 2012 .	87,67
91	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE DO MOTOR CAÇAMBA FORD CARGO 2428 DIESEL 2011 .	87,58
92	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE DO MOTOR PARA MOTONIVELADORA CASE 845 - DIESEL - ANO 2010/2011. .	84,96
93	FILTRO DE ÓLEO LUBRIFICANTE DO MOTOR PARA PÁ CARREGADEIRA HYUNDAI - 740 - 7A - DIESEL - ANO 2014. .	135,37
94	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE FORD F1000 SC SS 1994 .	48,40
95	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580 M - DIESEL - ANO 2010 .	58,00
96	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA TRATOR MASSEY FERGUNSON 275 - DIESEL - ANO 2000 .	28,33
97	FILTRO DE OLEO LUBRIFICANTE PARA TRATOR MASSEY FERGUNSON 4275 - DIESEL - ANO 2014 .	30,98
98	FILTRO DE OLEO P/ GOL 1.6 FLEX 2012 .	16,17
99	FILTRO DE OLEO P/ MICRO ONIBUS VOLARE V6 24 LUGARES ANO 2010 .	84,97
100	FILTRO DE OLEO P/RENAULT LOGAN, ANO 2013-2013 .	22,33
101	FILTRO DE OLEO PARA CAMINHONETE GM S10 COLINA "D" - 2.5 - DIESEL - ANO 1997 .	29,00
102	FILTRO DE OLEO PARA FIAT DOBLÔ 1.4, ANO 2013-2013 .	15,07
103	FILTRO DE OLEO PARA FIAT DOBLÔ 1.8, ANO 2012-2013 .	26,33
104	FILTRO DE OLEO PARA GM BLAZER, ANO 2000 .	19,00
105	FILTRO DE OLEO PARA MOTOR - FIAT UNO MILLE ECONOMY 2009/10 .	14,73
106	FILTRO DE OLEO PARA MOTOR AP 2.0 SANTANA 2002 .	17,00
107	FILTRO DE OLEO PARA MOTOR DE GRAN SIENA 1.6 16V, ANO/MODELO 2014 .	34,63
108	FILTRO DE OLEO PARA VW GOL 1.6 FLEX ANO 2015/2016 .	16,50
109	FILTRO DE OLEO RENAULT MASTER L3H2, ANO 2013/2014 .	63,68
110	FILTRO DE ÓLEO S10 2.4 FLEX 2011 .	15,66



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

111	FILTRO DE OLEO VW GOL 1.6 FLEX, ANO 2016/2016 .	17,83
112	FILTRO DE OLEO- CAMIONETE GM S10 2005/2006 ELETRONIC 2.8 - DIESEL , CODIGO ORIGINAL GM 93342367P.	85,28
113	FILTRO DE SUCCÃO PARA ESCAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN DX 180LC - DIESEL - ANO 2013 , COMPATÍVEL COM O 2474-9016A.	136,28
114	FILTRO DE TRANSMISSÃO PARA MOTONIVELADORA CASE 845 B - DIESEL - ANO 2014. .	232,90
115	FILTRO DE TRANSMISSÃO PARA MOTONIVELADORA CASE 845 - DIESEL - ANO 2010/2011. .	232,90
116	FILTRO DE TRANSMISSÃO PARA PÁ CARREGADEIRA HYUNDAI - 740 - 7A - DIESEL - ANO 2014. .	232,90
117	FILTRO DO AR CONDICIONADO PARA MOTONIVELADORA CASE 845 B - DIESEL - ANO 2014. .	251,17
118	FILTRO DO AR CONDICIONADO PARA MOTONIVELADORA CASE 845 - DIESEL - ANO 2010/2011. .	251,17
119	FILTRO DO DIESEL 2R0127177J .	126,02
120	FILTRO DO DIESEL J2V201512 .	99,00
121	FILTRO DO DIESEL PRIMARIO 960-1 .	68,25
122	FILTRO DO DIESEL SECUNDARIO 353 .	66,42
123	FILTRO DO MOTOR 07W115561 .	99,55
124	FILTRO DO MOTOR A6511800109 .	49,23
125	FILTRO ELEMENTO PARA ESCAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN DX 180LC - DIESEL - ANO 2013 , COMPATÍVEL COM O 400504-00045.	390,00
126	FILTRO MOTOR 962 .	48,42
127	FILTRO MOTOR LF16352 .	151,72
128	FILTRO MOTOR PARA ESCAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN DX 180LC - DIESEL - ANO 2013 , COMPATÍVEL COM O 400508-00036.	222,50
129	FILTRO PURIFICADOR DE AR 16V - FOCUS IKA 5132, 2001 SEDAN. .	38,58
130	FILTRO RACOR PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580 M DIESEL 2010 .	111,58
131	FILTRO RETORNO PARA ESCAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN DX 180LC - DIESEL - ANO 2013 , COMPATÍVEL COM O K9005928.	296,50
132	FILTRO SEPARADOR PARA CAÇAMBA FORD CARGO 1517- DIESEL ANO 2011/2012 .	95,02
133	FILTRO SEPARADOR PARA CAÇAMBA FORD CARGO 1519 DIESEL 2012 .	96,35



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

134	FILTRO SEPARADOR PARA CAÇAMBA FORD CARGO 2428 DIESEL 2011 .	95,68
135	FILTRO SEPARADOR PARA CAÇAMBA MERCEDES BENZ 2729 DIESEL 2014 .	61,42
136	FILTRO SEPARADOR PARA RETROESCAVADEIRA CASE 580 M - DIESEL - ANO 2010 .	58,17
137	FLUIDO REFRIGERANTE ANTICONGELANTE, ANTI-FREEZE, CONCENTRADO P/ SISTEMAS DE ARREFECIMENTO DE MOTORES DE TRATORES, MÁQUINAS AGRÍCOLAS EM GERAL E EQUIPAMENTOS DE TERRAPLENAGEM - BALDE 20 LITROS.	242,62
138	GRAXA ESPECIAL PARA PINOS E MANCAIS- BALDE 20KG .	218,00
139	GRAXA PARA MANCAL DE ATRITO .	218,00
140	GRAXA PARA ROLAMENTO- BALDE 20 KG .	360,67
141	LITRO DE OLEO 2 TEMPO .	17,90
142	ÓLEO 15W40 SEMI-SINTÉTICO API SN .	18,93
143	OLEO 20 W 40 - SEMI SINTÉTICO .	18,70
144	OLEO 433 HD .	223,80
145	OLEO 5W30 SINTÉTICO P/ MOTOR DIESEL .	29,79
146	OLEO DE MOTOR SEMI SINTETICO 15W40 PARA SANTANA 2002 .	17,03
147	OLEO DE TRANSMISSÃO SAE 20X30 .	192,93
148	OLEO HIDRAULICO 68 BALDES DE 20LT - LUBRIFICANTE P/ SISTEMAS, CATEGORIA HLP.	197,33
149	OLEO HIDRAULICO 68 MULTI TORQUE -BALDE DE 20LTS .	194,40
150	OLEO LUBRIFICANTE -BASE SINTETICA-20W-50 DE 1LT .	17,57
151	ÓLEO LUBRIFICANTE 05W40 SINTÉTICO API SN .	25,65
152	OLEO LUBRIFICANTE 10W30 TRANSMISSÃO SAE. LUBRIFICANTE MINERAL DO TIPO MULTIFUNCIONAL, RECOMENDADO PARA USO EM TRANSMISSÕES E SISTEMAS HIDRAULICOS DE TRATORES E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS - CLASSIFICAÇÃO API GL-4.	330,33
153	OLEO LUBRIFICANTE 10W40 APICI4ACEAE7 100% SINTETICO DIESEL .	314,72
154	OLEO LUBRIFICANTE 15W40 - API CF 4 OU CG 4 DIESEL - GALÃO DE 20 LTS .	238,57



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

155	OLEO LUBRIFICANTE 5W40 API-SN-SINTETICO A3/B4 1LT .	23,33
156	OLEO LUBRIFICANTE 80W 90- BALDE 20LTS - DIESEL .	290,47
157	OLEO LUBRIFICANTE BASE SINTETICA 15W-40 P/GASOLINA-EMBALAGEM DE 1LT .	17,42
158	OLEO LUBRIFICANTE PARA MOTOR SEMI-SINTETICO 10 W -40 API-SM P/ UNO MILLE FIRE 1.0 .	18,57
159	OLEO LUBRIFICANTE SAE 20 W 40 - GALÃO DE 20 LITROS , PARA TRANSMISSÕES, SISTEMAS HIDRÁULICOS, FREIOS BANHADOS A ÓLEO, COMANDOS FINAIS E SISTEMAS DE ARRANQUE, PROPRIEDADES ANTIDESGASTE, ANTICORROSIVA E ANTIESPUMANTE, QUE ASSEGURAM VIDA LONGA ÀS ENGRENAGENS E ROLAMENTOS - COMBUSTÍVEL DIESEL.	256,25
160	OLEO LUBRIFICANTE SAE 90-BALDES DE 20LTS-DIESEL .	237,92
161	OLEO LUBRIFICANTE SINTETICO -5W-30 P/MOTOR GASOLINA/ALCOOL-1LT .	22,33
162	OLEO LUBRIFICANTE SINTETICO -15W-40 P/MOTO DIESEL-1LT .	21,23
163	OLEO PARA MOTOR 5W30 TIPO SINTETICO (100%) DE ALTA QUALIDADE E VISCOSIDADE .	22,34
164	OLEO SINTETICO DE MOTOR 16V - FOCUS IKA 5132 - 2001 SEDAN.	22,67
165	OLEO WBF 100 P/ TRANSMISSOES, VISCOSIDADE SAE 80W, ESPECIFICAÇÃO API - GL4 - BALDE 20 LITROS	288,67
166	PRÉ FILTRO DO COMBUSTIVEL PARA ESCAVADEIRA HIDRAULICA DOOSAN DX 180LC - DIESEL - ANO 2013 , COMPATÍVEL COM O K1006530.	171,25
167	ARLA 32 - GALÃO DE 20 LTS.	59,67
168	FILTRO DE ÓLEO SPRINTER CDI 415, 2013.	29,37
169	FILTRO DE AR SPRINTER CDI 415, 2013.	54,04
170	FILTRO DE PÓ PAPEL SPRINTER CDI 415, 2013.	90,70
171	FILTRO DE COMBUSTIVEL SPRINTER CDI 415, 2013.	224,23
172	ÓLEO LUBRIFICANTE 5W30 SPRINTER CDI 415, 2013.	26,62
173	ÓLEO HIDRÁULICO ATF SPRINTER CDI 415, 2013.	19,65



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

ANEXO II

EDITAL DE PREGÃO Nº 36/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

TERMO DE REFERÊNCIA

Abertura: Dia **02/10/2018**

Horário: **10:00 horas.**

Tipo: **MENOR PREÇO POR ITEM**

Local: Rua Bento Gonçalves, nº 363, Cacequi-RS.

OBJETO: A presente licitação destina-se à escolha da melhor proposta de preço dos bens especificados no Anexo I deste Edital que visa a **AQUISIÇÃO DE FILTROS, OLEOS LUBRIFICANTES**, conforme especificações do Edital para constarem de registro de preços, a serem fornecidos conforme quantidades estimadas, quando deles o Município tiver necessidade.

DOS ENVELOPES: Para participação no certame, o licitante, deve apresentar a sua proposta de preço e documentos de habilitação em envelopes distintos, lacrados, não transparentes.

DA REPRESENTAÇÃO E DO CREDENCIAMENTO: Os participantes deverão identificar-se e, se for o caso, comprovar os poderes para formulação de propostas, e prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

PROPOSTA DE PREÇO: Deverá ser expressa em moeda corrente nacional, constar a descrição completa do produto ofertado, referências e demais dados técnicos, estar devidamente assinada.

PRAZO PARA ENTREGA: O prazo de entrega dos produtos é de no máximo 15 (quinze) dias consecutivos, a contar da *ordem de fornecimento* emitida pela Secretaria Municipal Competente.

HABILITAÇÃO: Para fins de habilitação neste Pregão, o licitante deverá apresentar os documentos que atendam as exigências do Edital, quanto à habilitação.

RECURSOS ADMINISTRATIVOS: A falta de manifestação imediata e motivada do licitante na Sessão Pública importará na decadência do direito ao recurso.

DO PAGAMENTO: O pagamento será efetuado, em até 15 (quinze) dias após a entrega dos materiais, mediante apresentação da respectiva nota fiscal e recebimento dos objetos pelo responsável pela fiscalização do contrato.

PRAZO PARA ASSINATURA DO CONTRATO: Homologado, pelo Prefeito Municipal, o resultado classificatório, os preços serão registrados no Sistema de Registro de Preços do **Departamento de Compras**, que poderá convocar, quando necessário, à celebração das contratações decorrentes, mediante emissão da *Ordem de Fornecimento* pela Secretaria Solicitante, durante o período da sua vigência e nas condições deste Edital.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

ANEXO III

EDITAL DE PREGÃO Nº 36/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

MODELO DE CREDENCIAMENTO*

Através do presente, credenciamos o(a) Sr.(a) _____, portador(a) da cédula de identidade nº _____ e do CPF nº _____, a participar da licitação instaurada pelo Município de Cacequi-RS, na modalidade de Pregão Presencial, sob o nº _____, na qualidade de REPRESENTANTE LEGAL, outorgando-lhe plenos poderes para pronunciar-se em nome da empresa _____, CNPJ nº _____, bem como formular propostas e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

Local e data.

Assinatura do(s) dirigente(s) da empresa
(firma reconhecida)

Nome do dirigente da empresa

Obs.: 1. Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar o credenciamento, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento licitatório.

2. Este credenciamento deverá vir acompanhado, obrigatoriamente, do ato de investidura do outorgante como dirigente da empresa.

***Fora dos envelopes**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

ANEXO IV

EDITAL DE PREGÃO Nº 36/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

MODELO

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO*

A Empresa _____,
representada neste ato por seu representante legal, declara, sob as penas da lei,
para fins do disposto no inciso VII da 10.520 de 17 de julho de 2002, que cumpre
com os requisitos de habilitação previstos no edital do Pregão Presencial ___/____.

Cacequi, de de 2018.

***Fora dos envelopes**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

ANEXO V

EDITAL DE PREGÃO Nº 36/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

DECLARAÇÃO (modelo)*

Declaro, sob as penas da lei, para fins desta licitação que a empresa _____, CNPJ Nº _____, cumpre com o disposto no inciso XXXIII, do Artigo 7º da CF/88.

Art. 7º, inciso XXXIII da CF/88: “...proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre, aos menores de dezoito anos e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos”.

Ressalva:

() emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz.

_____, _____ de _____ de 2018.

Diretor, Sócio-Gerente ou Equivalente

***No envelope 02**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

ANEXO VI

EDITAL DE PREGÃO Nº 36/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

MODELO DE DECLARAÇÃO PARA MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO

PORTE

(NOME DA EMPRESA -CNPJ - ENDEREÇO -TELEFONE)

(a ser entregue ao Pregoeiro quando do credenciamento)

(nome/razão social) _____, inscrita no CNPJ nº _____, por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr(a) _____, portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins do disposto no subitem no Edital do Pregão nº _____, sob as sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, ser microempresa ou empresa de pequeno porte nos termos da legislação vigente, não possuindo nenhum dos impedimentos previstos no § 4 do artigo 3º da Lei Complementar nº 123/2006.

(Local e Data)

(Assinatura do representante legal)

Nome: _____

N.º da cédula de identidade: _____

***Fora dos envelopes**



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

ANEXO VII

EDITAL DE PREGÃO Nº 36/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇO

_____ (razão social da empresa)

CNPJ _____, com sede na _____

_____ (endereço completo) por intermédio de seu representante legal, infra-assinado, e para os fins do Pregão Presencial nº _____, declara a sua Proposta de Preço para o fornecimento de ... (...), nos seguintes termos:

ITEM	ESPECIFICAÇÕES	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR MENSAL
01			R\$	R\$
02				

Validade da proposta: _____ (por extenso) dias.

Prazo de entrega do bem:

Garantia:

Telefones/fax para contatos:

Dados responsável pela assinatura do contrato:

_____, _____ de _____ de 2018.

(assinatura do responsável pela empresa)



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

ANEXO VIII

EDITAL DE PREGÃO Nº 36/2018

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP

MINUTA DE CONTRATO DE FORNECIMENTO

Pelo presente instrumento particular de contrato de fornecimento de maquinas, as partes, de um lado, o **MUNICÍPIO DE CACEQUI-RS**, pessoa jurídica de direito público interno, devidamente inscrito no CNPJ 88.604.897.0001-03, com sede a Rua Bento Gonçalves, nº 363, Estado do Rio grande do Sul, representada por seu Prefeito Municipal, Sr. FRANCISCO MATIAS FONSECA, denominado CONTRATANTE, e de outro lado, a empresa _____, denominada CONTRATADA, afeitos às disposições da Lei n.º 10.520 de 17-07-2002, e do Decreto Municipal nº 2201/2009, de 23 de Dezembro de 2009, Lei complementar 123/2006, Decreto Municipal 2201, de 23 de Dezembro de 2009, com aplicação subsidiária da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, e atendendo ao Edital do Pregão Presencial Nº ____/2018, têm entre si, certas e ajustadas as seguintes Cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente contrato é o fornecimento pela CONTRATADA, de __()

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA

A entrega dos objetos licitados deverá ser realizada na Sede da Secretaria Municipal competente nos endereços relacionados na alínea 11.1 do referido edital, sem custo de transporte, em prazo não superior a 15 (quinze) dias, a contar da data de recebimento da Ordem de Fornecimento exarada pelo responsável do Departamento de Compras do Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor de R\$__ para a_____

O pagamento será efetuado, em até 15 (quinze) dias úteis após a entrega do bem e mediante apresentação da nota fiscal.

A nota fiscal/fatura emitida pelo fornecedor deverá conter, em local de fácil visualização, a indicação do número do processo, número do pregão e da ordem de fornecimento, a fim de se acelerar o trâmite e posterior liberação do documento fiscal para pagamento.

Ocorrendo atraso no pagamento, os valores serão corrigidos monetariamente pelo IGPM/FGV do período, ou outro índice que vier a substituí-lo, e a Administração compensará a contratada com juros de 0,5% ao mês, *pro rata*.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

Serão processadas as retenções previdenciárias, quando for o caso, nos termos da lei que regula a matéria.

CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária: _____

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO PARA A ASSINATURA DO CONTRATO

1. Esgotados todos os prazos recursais, a Administração, no prazo de 5 (cinco) dias, convocará o vencedor para assinar o contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 87 da Lei n.º 8.666/93.

2. O prazo de que trata o item anterior poderá ser prorrogado uma vez, pelo mesmo período, desde que seja feito de forma motivada e durante o transcurso do prazo constante do item 1, VI.

3. Se, dentro do prazo, o convocado não assinar o contrato, a Administração convocará os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, ou então, revogará a licitação, sem prejuízo da aplicação da pena de multa, no valor correspondente a 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta.

CLÁUSULA SEXTA – DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Os materiais licitados deverão ser entregues conforme as especificações do edital, e será recebido:

- a) provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;
- b) definitivamente, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES

1. Dos Direitos

Constituem direitos da CONTRATANTE receber os objetos deste contrato nas condições avençadas e da CONTRATADA perceber o valor ajustado na forma e no prazo convencionados.

2. Das Obrigações

Constituem obrigações da CONTRATANTE:

- a) efetuar o pagamento ajustado; e
- b) dar a CONTRATADA as condições necessárias a regular execução do contrato.

Constituem obrigações da CONTRATADA:

- a) entregar o bem de acordo com as especificações contidas no edital;
- b) apresentar durante a execução do contrato, se solicitado, documentos que comprovem estar cumprindo com a legislação em vigor quanto às obrigações assumidas na presente licitação, em especial, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, tributários, fiscais e comerciais;
- c) assumir inteira responsabilidade pelas obrigações fiscais decorrentes da execução do presente contrato.



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO

O descumprimento das cláusulas avançadas acarretará na rescisão do presente contrato, cabendo ao CONTRATADO que descumpriu o acordado o pagamento de multa rescisória no valor de 10% (dez por cento) sobre o contratado.

CLÁUSULA NONA – DAS PENALIDADES

Pelo inadimplemento das obrigações, seja na condição de participante do pregão ou de contratante, as licitantes, conforme a infração, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

- a)** deixar de apresentar a documentação exigida no certame: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- b)** manter comportamento inadequado durante o pregão: afastamento do certame e suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 2 anos;
- c)** deixar de manter a proposta (recusa injustificada para contratar): suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor estimado da contratação;
- d)** executar o contrato com irregularidades, passíveis de correção durante a execução e sem prejuízo ao resultado: advertência;
- e)** executar o contrato com atraso injustificado, até o limite de 05 (cinco) dias, após os quais será considerado como inexecução contratual: multa diária de 0,5% sobre o valor atualizado do contrato;
- f)** inexecução parcial do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 3 anos e multa de 8% sobre o valor correspondente ao montante não adimplido do contrato;
- g)** inexecução total do contrato: suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração pelo prazo de 5 anos e multa de 10% sobre o valor atualizado do contrato;
- h)** causar prejuízo material resultante diretamente de execução contratual: declaração de inidoneidade cumulada com a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 5 anos e multa de 10 % sobre o valor atualizado do contrato.
- i)** nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 17-07-2002, o licitante, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, poderá ficar, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, impedido de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal ou Municípios, e descredenciado do Cadastro do Município, nos casos de:
 - 1)** ausência de entrega de documentação exigida para habilitação;
 - 2)** apresentação de documentação falsa para participação no certame;
 - 3)** retardamento da execução do certame, por conduta reprovável;
 - 4)** não-manutenção da proposta escrita ou lance verbal, após a adjudicação;
 - 5)** comportamento inidôneo;
 - 6)** cometimento de fraude fiscal;
 - 7)** fraudar a execução do contrato;
 - 8)** falhar na execução do contrato.

Na aplicação das penalidades previstas no Edital, o Município considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do



PREFEITURA MUNICIPAL DE CACEQUI
Estado do Rio Grande do Sul
Procuradoria Geral do Município

licitante ou contratado, podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as suas justificativas, nos termos do que dispõe o artigo 87, "caput", da Lei nº 8.666/93.

As penalidades serão registradas no cadastro do contratado, quando for o caso.

Nenhum pagamento será efetuado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que for imposta ao fornecedor em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RECOMPOSIÇÃO DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO DO CONTRATO

Ocorrendo as hipóteses previstas no artigo 65, II, letra "d", da Lei n.º 8.666/93, será concedido reequilíbrio econômico-financeiro do contrato, requerido pela contratada, desde que documental e suficientemente comprovado o desequilíbrio contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Caberá as Secretarias Municipais a fiscalização do presente contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Cacequi-RS para a dirimir quaisquer dúvidas que surjam em razão do presente ajuste.

E, por estarem justos e contratados, firmam o presente termo, que vai lavrado em duas vias de igual teor e forma corroborados por duas testemunhas.

Cacequi, de _____ de 2018.

FRANCISO MATIAS FONSECA
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

EMPRESA
CNPJ Nº
CONTRATADA

Testemunhas: _____
